

CARTA ABERTA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, SOBRE A FOME, DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO E A COVID-19

À SOCIEDADE CIVIL E AOS ÓRGÃOS COMPETENTES

Nós, povos e comunidades tradicionais viemos por meio desta Carta de Reivindicações relatar a gravíssima situação pela qual passam nossas comunidades e famílias: estamos passando fome, em muitas de nossas casas não há o que comer, nos falta alimento no prato e não temos tido condição de trabalhar, em um cenário de isolamento social e prestes a completar dois anos do derramamento de petróleo, a maior tragédia-crime da história deste país.

Nossos territórios habitados por pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, quilombolas, extrativistas, camponeses e uma diversidade de trabalhadores e trabalhadoras de muitos e diversos ramos; são historicamente impactados por empreendimentos. Tais como: a indústria do petróleo, usinas eólicas, termoeletricas, especulação imobiliária, turismo predatório e a carcinicultura. Cotidiana e historicamente nossos direitos humanos são violados e nossa natureza é destruída. Dessa forma, tem sido cotidiana e histórica nossa resistência às tentativas de nos exterminar.

Esse quadro foi profundamente agravado a partir de setembro de 2019, quando fomos impactados pelo maior derramamento de petróleo do Atlântico Sul, o maior crime ambiental da história do país. Esse episódio impactou estruturalmente as comunidades, pois impediram que nós pudéssemos consumir e comercializar nossos produtos: peixes, mariscos, ostras, caranguejos, bem como, os outros crustáceos que conseguíamos extrair do mangue; o artesanato, as geléias, as polpas, etc.. Os impactos provocados tiveram efeitos imediatos em nossas vidas: (1) os produtos da pesca e da mariscagem foram danificados; (2) sem a comercialização de nosso pescado ficamos impossibilitados de comprar gêneros básicos para a alimentação, constituindo assim, um quadro grave de fome nos nossos territórios; (3) nós mulheres tivemos a perda de nossa autonomia financeira; (4) percebemos um grande aumento de casos de adoecimento mental em nossas comunidades; (5) muitos e muitas de nós ficamos adoecidos. Quem foi o responsável pelo derramamento do petróleo? Quais são os danos 2 causados a nossa saúde e a de quem teve contato direto com esse material tóxico? E ao meio ambiente? Estes danos são reversíveis? Durarão por quanto tempo? O pescado consumido nos contaminou? Por que não houve acionamento do Plano de Contingência? Qual o interesse da base governista no Congresso Nacional em não aprovar a renovação da CPI do derramamento de petróleo, encerrada sem um relatório final? Estas perguntas ainda ecoam sem respostas.

Pior, não houve uma política de reparação ampla e justa, capaz de minimizar momentaneamente os efeitos do derramamento. A Medida Provisória 908/2019 só considerou como beneficiários aqueles e aquelas que possuem Registro Geral da Pesca (RGP), porém este número não retrata o universo de pescadores, pescadoras e marisqueiras. Desde 2012 nossos pedidos estão travados. A lista dos beneficiários para recebimento do auxílio não tinha critérios definidos e, em Sergipe, apenas 7.282 pescadores o receberam.

Antes de nos recuperarmos dessa situação e sem recebermos respostas, nem qualquer reparação pelos danos sofridos, fomos surpreendidos pela chegada da pandemia da Covid-19 em março de 2020. Como principal indicação para evitar a contaminação pelo coronavírus, recomendou-se que ficassemos em casa e que evitássemos aglomerações, o que provocou o fechamento das feiras livres. Novamente perdemos a condição de comercializar nossos produtos e de trabalhar dignamente e as dificuldades trazidas pelo derramamento do petróleo foram agravadas.

Durante o primeiro pico da pandemia (meio do ano de 2020), a equipe técnica do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras constatou, após pesquisar 57 comunidades em 12 municípios do litoral (costa sergipana e municípios do norte da Bahia), que 58% dessas estavam com dificuldade de comercializar os produtos vindos da pesca e mariscagem. Destacamos esse dado porque é referente ao mês de setembro, ou seja, ali fazia um ano do derramamento de petróleo. Além disso, naquele momento as feiras já haviam sido liberadas, o que significa que a situação chegou a ser muito pior entre março e maio de 2020.

No atual momento, a pandemia da Covid-19 ainda sofre graves rebatimentos da sua segunda onda e mais do que nunca escancara a situação de agravamento da fome no Brasil. Uma pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) entre outubro e dezembro de 2020 demonstrou que mais de 116 milhões de pessoas conviveram com algum grau de insegurança alimentar no período. Isso significa que mais da metade dos domicílios 3 brasileiros sofreram algum tipo de privação. Segundo o estudo, o índice exato de famílias nessa situação chegou a 55,2%. Nas nossas comunidades esta situação não tem sido diferente, cotidianamente temos visto famílias em situação de fome, inclusive nossas crianças e adolescentes.

Isso ficou evidenciado em um diagnóstico participativo que nós, lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais, realizamos entre o mês de março e abril de 2021: em 27 comunidades, pertencentes a 10 municípios em Sergipe (Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba) e Bahia (Jandaíra), identificamos 2.374 famílias necessitadas de alimentos. Considerando que a média do número de integrantes da família no Nordeste brasileiro é de 4 pessoas, temos cerca de 10.000 pessoas passando fome! Hoje este número é maior e se ampliarmos os territórios em um novo diagnóstico teremos ainda mais gente nossa sem a garantia de ter comida no prato na próxima refeição! Nós que historicamente somos responsáveis por colocar cerca de 70% do pescado e 70% dos alimentos proveniente da agricultura nos pratos de vocês, estamos sem ter o que comer!

Assim, exigimos dos órgãos competentes:

1. Garantia de alimentação para nossas famílias – crianças, jovens, adultos, idosos – que compense os danos provocados pelo derramamento de petróleo e pela pandemia (créditos, PNAE, PAA – federal e estadual - e outras políticas que respondam ao direito à alimentação para os povos);
2. Reparação financeira para pessoas dos povos e comunidades tradicionais – pescadores, pescadoras e marisqueiras – que não têm RGP, mas que foram prejudicadas pelo derramamento do petróleo;
3. Acesso às cestas básicas dignas para nossa existência (mais do que subsistência) até haver condições de retomar nossos trabalhos em segurança;
4. Auxílio emergencial federal pelo Covid-19 que seja adequado para manter a vida e ter condições de manter o isolamento durante a duração da pandemia (manter um mínimo de R\$600,00 mensal até finalizar esta conjuntura).

Sergipe, 24 de maio de 2021

Assinam esta Carta:

1. Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe;
2. Associação Remanescente Quilombola Dom José Brandão de Castro;
3. Associação Comunitária da Comunidade Remanescente de Quilombo Bongue;

4. Associação Comunitária de Desenvolvimento do Povoado Mosqueiro;
5. Associação Comunitária do Desenvolvimento do Povoado Cauceira;
6. Associação Comunitária do Povoado Massadiço
7. Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Brejão dos Negros Santa Cruz;
8. Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba – ASCAMAI;
9. Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba do Município de Barra dos Coqueiros (ACMBC);
10. Associação das Pescadoras e Marisqueiras de Porto do Mato, Estância;
11. Associação de Artesãos do Município da Barra dos Coqueiros;
12. Associação de Catadores e Catadoras de Mangaba Padre Luis Lemper;
13. Associação de Desenvolvimento Comunitário de Mussuca/Balde;
14. Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Colônia Miranda;
15. Associação de Desenvolvimento Sócio Comunitário Porto Ouricuri;
16. Associação de Filhos e Moradores de Mangue Seco – Jandaíra – BA;
17. Associação de Moradores do Distrito de Santa Terezinha;
18. Associação de Moradores do Loteamento Senhor Bonfim;
19. Associação de Moradores do Povoado Coqueiro (AmoCoqueiro);
20. Associação de Moradores do Povoado Ribuleira Grande e Adjacências;
21. Associação de Moradores e Amigos do Caípe Velho;
22. Associação de Moradores e Pescadores e Agricultores do Povoado Tibúrcio e Circuvizinhança;
23. Associação de Moradores para o Melhoramento do Povoado Muculanduba;
24. Associação de Moradores para o Melhoramento do Povoado Ouricuri;
25. Associação de Pescadores Artesanais Tradicionais da Comunidade Resina – Brejo Grande;
26. Associação de Pescadores Artesanal Profissional de Estância e Povoados;
27. Associação de Pescadores da Atalaia Velha;
28. Associação de Pescadores e Pescadoras da Coroa do Meio;
29. Associação do Quilombo Porto D’Areia da Cidade de Estância – SE;
30. Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Abadia;
31. Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Ponta de Itabatinga;
32. Associação dos Pescadores São Pedro de Santana dos Frades;
33. Associação dos Povos Tradicionais da Praia do Saco;
34. Associação dos Produtores Familiares de Água Bela – Jandaíra, Bahia;
35. Associação dos Remanescentes de Quilombo Dona Paqueza Piloto;
36. Associação dos Remanescentes Quilombola do Território Luziense;
37. Associação dos Trabalhadores Rurais de Jandaíra - ASTRAJAN;
38. Associação dos Trabalhadores Rurais de Jandaíra-ASTRAJAN;
39. Associação para o Melhoramento do Povoado Curimã;
40. Associação pela Cidadania dos Moradores e Pescadores de Terra Caída - ASPECTO);
41. Associação Quilombo Maloca, Aracaju – SE;
42. Associação Quilombola de Brejo Grande;
43. Associação Remanescente de Quilombo, Curuanha da Cidade de Estância;
44. Associação São Pedro;
45. Centro de Estudos Bíblicos Ecumênicos - CEBI;
46. Centro Dom José Brandão de Castro - CDJBC;

47. Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável Osogunlade, São Cristóvão – SE;
48. Colônia de Pescadores do Conde;
49. Colônia de Pescadores Z-16 – Brejo Grande, Sergipe;
50. Colônia de Pescadores Z-66 – Jandaira, Bahia;
51. Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras - CPP;
52. Cooperativa de Bugueiros da Região de Mangue Seco, Coqueiro e Costa Azul;
53. Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop;
54. Grupo de Mulheres Produtoras Quilombola- GRUMAQ;
55. Grupo Escolinha Esportiva de Cachoeira;
56. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sócio Ambiental - IDESA;
57. Instituto de Educação, Cultura e Promoção da Igualdade Social Dona Sul;
58. Movimento Camponês Popular - MCP;
59. Movimento das Catadoras de Mangaba – MCM;
60. Movimento das Marisqueiras de Sergipe – MMS;
61. Movimento de Luta pela Terra - MLT;
62. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC;
63. Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA;
64. Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - MTD-MOTU;
65. Movimento Quilombola de Sergipe;
66. ONG Criliber – Criança e Liberdade;
67. ONG Raios de Sol;
68. Pastoral da Criança, Paróquia Nossa Senhora de Abadia e Santo Antônio – Jandaíra, Bahia;
69. Pastoral da Juventude Rural - PJR-SE;
70. Rede Sergipana de Agroecologia – RESEA;
71. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Grande;
72. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacatuba;
73. Território Quilombola Brejão dos Negros;
74. União das Associações do Município de Estância - UNAME;